

TRAVESSIAS NO ATLÂNTICO NEGRO

Tráfico, biografias e diáspora
(África-Brasil), séculos XVII-XIX

Valéria Costa
(org.)



TRAVESSIAS NO ATLÂNTICO NEGRO
Tráfico, biografias e diáspora (África-Brasil), séculos XVII-XIX
Copyright © 2023 by autores
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**
Edição: **Janaína Marcoantonio**
Revisão: **Mariana Marcoantonio**
Capa: **Delfin [Studio DelRey]**
Projeto gráfico e diagramação: **Crayon Editorial**

Selo Negro Edições
Departamento editorial
Rua Itapicuru, 613 – 7ª andar
05006-000 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3872-3322
<http://www.selonegro.com.br>
e-mail: selonegro@selonegro.com.br

Atendimento ao consumidor
Summus Editorial
Fone: (11) 38659890

Vendas por atacado
Fone: (11) 38738638
e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Sobre mares e margens | 7 |
| <i>Flávio Gomes</i> | |
| Vidas negras (inter)cruzadas no Atlântico | 11 |
| <i>Valéria Costa</i> | |
| 1. As duas guerras: Henrique Dias entre a guerra holandesa e a luta contra os quilombolas | 21 |
| <i>Rômulo Luiz Xavier Nascimento</i> | |
| 2. Para além da alforria: a população negra nos registros dos tabelionatos de Salvador (1690-1816) | 33 |
| <i>Cândido Domingues</i> | |
| 3. Escravos donos de escravos nos mares do tráfico negreiro (Bahia, século XVIII) | 47 |
| <i>Daniele Santos de Souza</i> | |
| 4. Os pretos e mulatos no norte da América portuguesa: tráfico de escravizados e população negra na capitania do Maranhão (1750-1810) | 61 |
| <i>Antonia da Silva Mota e Reinaldo dos Santos Barroso Junior</i> | |
| 5. Tráfico e escravidão africana na Paraíba (séculos XVIII e XIX) | 77 |
| <i>Matheus Silveira Guimarães</i> | |
| 6. A trajetória de Francisco da Costa: de escravizado a revolucionário republicano .. | 91 |
| <i>Marcus J. M. de Carvalho</i> | |

7. De filho para mãe: a trajetória da “preta cabinda” Rita Maria da Conceição
(Rio de Janeiro, 1814-1846) 101
Juliana Barreto Farias

8. A morte do príncipe do Congo e o fim do tráfico de escravizados
na África Centro-Ocidental 115
Roquinaldo Ferreira e Lucilene Reginaldo

9. Diásporas, família e africanidade no Rio Grande do Sul do século XIX 129
Paulo Roberto Staudt Moreira

10. Duarte José Martins da Costa: um africano nas malhas da “rede miúda”
do tráfico atlântico no século XIX 147
Valéria Costa

SOBRE MARES E MARGENS

Áfricas (nunca um lugar cristalizado ou um não lugar analítico) sempre foram complexas, áreas com singular plural. E partes delas não podem ser tomadas enquanto *histórias* exclusivas a partir dos (de) *tempos* do tráfico atlântico e da montagem da escravidão moderna nas Américas. Para o Brasil — o espaço colonial que mais recebeu escravizados africanos sequestrados —, tal alerta ganha sentidos únicos: constituíram formações que inventaram *européus* e *africanos* sob imagens racializadas, desiguais e hierárquicas.

Desde o final do século XX, a expressão “Atlântico negro”, de Paul Gilroy, foi transformada em conceito para as reflexões sobre diáspora. No Brasil, tal perspectiva foi muitas vezes tão somente justaposta — não uma ferramenta a ser explorada — aos estudos sobre escravidão e sua ampla historiografia. Por aqui — a despeito da inexistente dimensão sul-sul da obra clássica do sociólogo inglês —, nem sempre se escapou de armadilhas teóricas que falavam de “origens” essencializadas para abordar a gestação de culturas, especialmente considerando as formas geopolíticas e geoculturais.

Sentidos intra e inter dos *atlânticos negros* e suas apropriações translocais ainda aguardam abordagens. A coletânea organizada por Valéria Costa — expoente da nova geração de intelectuais negras — é um convite, reabrindo agendas e realinhando pautas de investigações e grupos de pesquisa em colaboração institucional. Este projeto editorial propôs “travessias”, a partir das quais *margens* e *oceanos* — personagens, processos e experiências — são realocados em movimentos na/ da *história atlântica* que produziu (continuamente, posto a longa duração e as permanências) um Brasil múltiplo. Tudo isso aparece nos excelentes ensaios de Antonia Mota, Cândido Domingues, Daniele de Souza, Juliana Farias, Lucilene Reginaldo, Marcus de Carvalho, Matheus Guimarães, Paulo Moreira, Reinaldo Barroso Junior, Rômulo Xavier, Roquinaldo Ferreira e da própria Valéria Costa.

Somos convidados a repensar a ideia de uma África — com base em clivagens de experiências dos próprios africanos escravizados —, que neste volume surge com outras faces e de diferentes postos de observação ao visitarmos Rio de Janeiro, Bahia, Porto

Alegre, Rio Grande do Sul, Paraíba, Recife, Maranhão, Salvador, Pernambuco e São Luís, entre outros *lugares*. Numa determinada tradição de estudos do século passado, se falava em reminiscência da (una) cultura africana no Brasil, com tentativas de classificação e escolhas de cenários. Houve momentos em que uma Bahia ateritorial (paisagens urbanas, setecentistas, rurais ou oitocentistas eram generalizadas) foi transformada em palco exclusivo para se guardar um sentido quase a-histórico, reunindo encantos, mistérios e magias. Já conhecemos como tais reflexões acompanharam — em caminhos e escolhas próprias, cabe lembrar — Raimundo Nina Rodrigues, Manuel Querino, Arthur Ramos, Edison Carneiro, Waldeloir Rego, Roger Bastide e Pierre Verger.

Tais construções antropológicas atravessaram abordagens históricas, articulando noções exclusivas de religiosidades, práticas culturais e formas de protesto, chegando a se adotar perspectivas de “contra-aculturação” ou mesmo de “resistência cultural”. Os principais desafios — quase impasse metodológico — foram as imagens “africanas” das culturas, muitas vezes apresentadas como “estáticas” ou com mudanças lineares, em movimento ora de difusão, ora de reminiscências. Para outras áreas — muitas das quais revisitadas nos capítulos deste volume — eis o caminho feito por Dante de Laytano, René Ribeiro, Octavio da Costa Eduardo, Waldemar Valente e Nunes Pereira, entre outros, que percorreram Rio Grande do Sul, Pernambuco e Maranhão.

Nas últimas décadas — e há aqui um debate acadêmico e intelectual propriamente atlântico que já existia e se mantém —, são vários os estudos que mostram os sentidos da presença africana, forjando comunidades, interações e transformações. Permanências, recriações e reinvenções caminharam juntas. Assim, modelos cristalizados foram implodidos diante de conexões e pluralidade — com semelhanças, diferenças, aproximações e distanciamentos — experimentadas na história de sujeitos, grupos e coletividades.

É fundamental velejar para além dos mares (e limites) dos arquivos, das tormentas metodológicas e dos portos de teorias e mimetismos. Mais que isso, propor mergulhos profundos na escravidão africana, atlântica em diferentes paisagens. *Mundos* oceânicos modernos surgem, revelando símbolos, expectativas, demandas e justificativas morais, políticas, econômicas e culturais sem limites. Ao longo do século XVII, escravidão nas Américas vira sinônimo de escravidão africana. Mas as sociedades africanas não foram variáveis passivas diante de uma suposta lógica europeia inexorável. Houve movimentos econômicos e culturais atlânticos que ainda imploram abordagens acadêmicas, para além de debates intelectuais.

Esta coletânea oferece ferramentas narrativas originais, reunidas sob fragmentos de acervos e análises que identificam agenciamentos políticos, circulação de ideias e construção de identidades em cenários reais, onde disputas de poder e memória re-

construíram ambientes de dores, perdas, violências, alegrias, criatividade, sonhos e recordações. Localizando homens, mulheres e culturas reais, os leitores poderão “atravessar” oceanos empíricos agitados, desembarcando em ancoradouros de provisórias metodologias. Sobretudo, adentrarão “mundos novos” inventados pelos africanos que também recriaram a si próprios.

FLÁVIO GOMES

Professor associado do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

VIDAS NEGRAS (INTER)CRUZADAS NO ATLÂNTICO

Em 2022, em meio ao furacão de políticas endurecidas e retrocessos, um antigo debate sensível aos corpos negros veio à tona: a reparação e indenização para descendentes dos 5 milhões de pessoas que foram violentamente traficadas de suas terras e escravizadas neste solo de “mãe gentil”. O assunto, todavia, não é novo. Quando a Lei Áurea foi assinada em maio de 1888, abolicionistas já defendiam pagamentos para as pessoas libertas a fim de reparar economicamente os danos causados pelo tráfico atlântico e pela escravização. Na década de 1990, às vésperas da redemocratização do país, jovens negros braveavam: “Reparação já!” Desde então, movimentos sociais, magistrados e políticos vêm se empenhando na concretização dessa ideia. Em 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil instalou uma comissão para realizar um levantamento metuculo sobre o período da escravidão africana e discutir, abertamente, meios de indenizações pecuniárias. Ao longo de todo esse tempo, cálculos foram feitos, prazos foram estipulados, causando divergências e convergências entre parlamentares, magistrados e sociedade civil. O Estado brasileiro chegou a reconhecer a dívida — impagável — que tem com a população negra do país, mas considerou inviável o pagamento pecuniário, buscando pela via das políticas públicas mecanismos de saldar essa dívida histórica.¹

O pecúlio, decerto, não veio, nem virá! Ele ficou nas paredes dos hospitais de caridade, das santas casas de misericórdia, nos teatros, bustos, monumentos e prédios públicos que serviram de lavagem de dinheiro do “infame comércio” atlântico. Ademais, é sabido que as políticas públicas são fragilizadas por falta de fiscalização e diligência do Estado. Mas se há de convir que a reparação vem sendo feita na reescrita da história. Nas últimas três décadas, foram elaboradas revisões, sobretudo, no que diz respeito ao tráfico — incluindo também as políticas acerca dos rumos para a sua abolição —, que deixou de ser observado pelo prisma da economia; os indivíduos passaram a ter rosto, corpo, subjetividade; deixaram de ser vistos apenas como números.² Do esforço coletivo de diversos pesquisadores e pesquisadoras, em 2004 foi lançado o banco de dados digital *Slave Voyage*, que veio contribuir para o avanço das investigações sobre o

tráfico, inclusive com dados demográficos. Para além de uma plataforma de pesquisas, o *Slave Voyage* tem servido também como suporte didático para professores e professoras que atuam na educação básica,³ possibilitando a reescrita da história a partir do “chão da escola”. Parafrazeando Flávio Gomes, a nova historiografia do tráfico e da escravidão desvelou questões acerca da identidade, ou seja, dos movimentos transétnicos; da participação de escravizados e libertos africanos e afro-diaspóricos nas malhas miúdas do infame comércio; das redes de sociabilidade que envolviam, para além de negócios, afinidades culturais entre pessoas do lado de lá e do lado de cá do Atlântico — dinâmica que Roquinaldo Ferreira denominou cultura atlântica. Os novos estudos sobre o comércio ilegal de gente da África ganharam inovadoras formulações com as investigações de Luís Nicolau Parés, que trouxe à luz dos debates como os sobas da área *gbê*, particularmente no Daomé (atual Benim), entrecruzaram práticas religiosas ao mercado escravista, ora alimentando o tráfico, ora colaborando com a resistência à escravização e com o escoamento de gente nas águas do Atlântico negro. Embora a escala de observação desta coletânea sejam os fluxos e refluxos no Atlântico, é relevante mencionar outros territórios e mares que os estudos sobre o tráfico e a escravidão africana congregaram, como o comércio de produtos no Índico e na região asiática.⁴

Não obstante, as pesquisas sobre o tráfico atlântico e a escravização dos africanos na diáspora das Américas, a partir de uma ampliação de fontes documentais, inovações teóricas e possibilidades metodológicas originais, trouxeram à baila a importância da trajetória individual e coletiva de sujeitos sociais que, até então, eram vistos como meras “peças” dentro dos tumbeiros. Portanto, as biografias de mulheres e homens africanos que fizeram a *middle passage* possibilitam-nos acessar suas escolhas, negociações, redes de sociabilidade, tensões e conflitos no meio das comunidades reinventadas na diáspora das Américas.⁵ Porém, ao rastreamos as experiências dessas pessoas por meio de suas próprias narrativas, esbarramos no fato de que a esmagadora maioria não aprendeu a ler nem a escrever e teve seus vestígios documentados por seus algozes, que se esforçavam por lhe destituir de seu protagonismo social. Foram poucos os que romperam essa bolha e conseguiram deixar de próprio punho suas vivências, como o famoso Mahommah Gardo Baquaqua, um dos mais conhecidos personagens atlânticos, que, após a travessia forçada, experimentou a vida de cativo na cidade do Recife e na antiga província (hoje estado) do Rio Grande do Sul, conquistando a liberdade na América do Norte.⁶ Os historiadores João Reis, Flávio Gomes e Marcus Carvalho seguiram indícios e rastros deixados pelo alufá Rufino José Maria e trouxeram inovadoras perspectivas sobre alforria, tráfico, escravidão e sobre os sentidos da liberdade experienciados pelos africanos. Beatriz Mamigonian tomou como ponto de partida as vivências de José Manojó e Francisco Moçambique para acompanhar irmandades no período

colonial e de africanos livres apressados, na década de 1830, desvelando outras leituras sobre a legislação de combate ao tráfico atlântico, no que concerne às expectativas da política imperial e aos projetos do Estado-nação brasileiro. Outros trabalhos que merecem destaque são os de Zefir Frank, que utilizou a trajetória de Antônio Domingos Dutra, africano de nação congo, para analisar os padrões de mobilidade e de acesso à mão de obra na sociedade escravista urbana do Rio de Janeiro, no século XIX; e o de Vinícius Oliveira, que acompanhou os rastros deixados pelo africano Manoel Congo para elucidar aspectos do Brasil meridional, em particular o Rio Grande do Sul, cotejando a escravização nas paragens sulistas.⁷ Mais recentemente, Lorena Telles mostrou, por meio da dupla trajetória, as biografias da mãe Teresa de Benguela e de sua filha, a crioula Filipa, que iluminam questões acerca da maternidade, das estratégias para a manutenção da família nas comunidades de senzalas e das experiências senhoriais em meio aos temores de perder sua propriedade cativa, fatores que servem para rediscutir as lógicas do tráfico e dos padrões de organização das famílias negras.⁸

Vale ressaltar que as perspectivas teóricas e metodológicas da chamada História do Mundo Atlântico, que renuncia aos modelos de análise eurocentristas, possibilitam perceber as conexões entre os múltiplos e diversos sujeitos sociais de Áfricas, de Europas e de Américas.⁹ Nessa perspectiva, as mulheres e os homens africanos assumem destacado papel na reelaboração de sua vida — em fluxo e refluxo —, criando instituições como as famílias, as irmandades, os cantos de trabalho, as juntas de alforrias, as sociedades de ajuda mútua. Segundo o pesquisador Renato da Silveira, as nações africanas também eram potenciais instituições de caráter político arranjadas na diáspora de Europas e Américas. Forjadas em ambientes demográficos complexos, as referidas instituições tornaram-se significativos espaços políticos, nos quais os indivíduos adquiriam estatuto de pessoa e *status* de sujeitos políticos em um ambiente extremamente hostil.¹⁰

Amiúde, esses debates não se esgotam por aqui. Esta coletânea propõe-se, em certo sentido, a colaborar com as discussões que tomam o tráfico atlântico como aporte para pensar as experiências da diáspora também no campo do particular. A proposta, portanto, foi reunir pesquisadores e pesquisadoras especialistas na história do tráfico atlântico e da diáspora africana. Alguns, há décadas, dedicam-se ao exercício da biografia, seguindo fragmentos de experiências de vida e montando quebra-cabeças de trajetórias encontradas na poeira dos arquivos brasileiros, europeus, norte-americanos e africanos. Portanto, neste trabalho, a pesquisa biográfica, como conceberam Rebecca Scott e Jean Hébrard, é uma atividade de “micro-história posta em movimento”¹¹. Isso significa que não só um evento ou um local escolhido, como também, por vezes, sujeitos sociais, segundo rigorosos critérios epistemológicos de análise, revelam dinâmicas que as lentes mais familiares não conseguiriam captar. Para o mundo atlântico — ao

qual estiveram atrelados muitos dos africanos, sobretudo os que fizeram a *middle passage* —, aquilo que chamamos de análise profunda, o “micro”, é o exercício denso da observação do particular na documentação.

Vale destacar que a biografia é concebida metodologicamente em seu sentido alargado, considerando não só a trajetória de personagens obtidas em uma robusta documentação, com riqueza de detalhes acerca da experiência do vivido do sujeito social e político — os pequenos rastros, as pegadas pululadas que os autores e as autoras conseguiram identificar ao reduzir suas escalas de observação na escassez das fontes também se fizeram presentes na obra. Cabe aqui negritar para o leitor e a leitora que essa atenção à biografia deve-se ao fato de que os feitos de escravizadores, traficantes, aventureiros e invasores que ficaram conhecidos como “heróis” se cristalizaram como uma história única e oficial. A virada historiográfica e narrativa da década de 1990 vem possibilitando leituras — parafraseando Walter Benjamim — a contrapelos, que contam outras histórias, de mulheres e homens que estiveram no anonimato e cuja humanidade foi colocada em xeque pelo tráfico e pela escravização. As biografias e trajetórias fragmentadas neste livro contribuem, portanto, para devolvermos seu protagonismo na escrita da história.¹²

O livro é composto de dez capítulos, que tratam de personagens africanas, afro-descendentes, trajetórias coletivas; demografias, paisagens e cenários de Áfricas e de Brasis, orquestrados pela batuta dos debates acerca do tráfico atlântico e da escravidão nas Américas entre os séculos XVII e XIX. Quem abre a coletânea é Rômulo Luiz Xavier Nascimento, que se debruça sobre a trajetória do preto forro Henrique Dias, personalidade mitificada como um dos heróis do episódio largamente conhecido na historiografia como Restauração Pernambucana. Xavier analisa uma querela que envolveu o aprisionamento de um grupo de quilombolas por Henrique Dias e agentes da Câmara de Salvador, em 1642, no auge da administração nassoviana. O historiador parte desse episódio para mostrar as estratégias de mobilidade social e busca de reconhecimento agenciadas por pessoas negras, em uma sociedade estamental e escravista no Antigo Regime, revelando como Henrique ascendeu de governador de negros a fidalgo e mestre de campo depois de prestar serviços à coroa portuguesa durante as guerras no Atlântico sul.

Embarcando para a capitania da Bahia, seguimos viagem com Cândido Domingues, cuja pesquisa empírica original trata de um tema ainda não visitado na historiografia brasileira, qual seja, o de africanos e seus descendentes à procura dos serviços de tabelionato para registrar suas demandas e assegurar seus direitos na sociedade colonial. O historiador notou que, entre os anos de 1690 e 1816, os registros de notas trazem experiências de homens e mulheres africanas e afro-diaspóricas que se utilizam da cultura cartorial não só para o registro de alforrias mas também para fins diversos,

como compra, venda, indenizações etc. Entre pessoas que figuraram como procuradoras, Domingues notou a incidência de negros, com articulações na Europa, na África e nas Américas, e escravos-procuradores, como Tomé de Sá, Manoel de Souza da Câmara e Caetano Ferreira Pacheco, o preto Luís de Oliveira Belém e o preto João Brito de Vasconcelos, que era capitão dos assaltos na Bahia.

Tema pouco recorrente na historiografia brasileira, por vezes mostrando-se até um contrassenso na atualidade, a existência de escravizados senhores de outros cativos é abordada por Daniele Santos de Souza, que perscruta, nos registros paroquiais setecentistas na cidade de Salvador da Bahia, os africanos escravizados subindo ao altar na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia para aplicar os santos óleos em outros indivíduos que estavam na condição de seus cativos, como fizeram os “escravos-senhores” Simão angola, Caetano Monção mina e José preto-mina. Para Souza, esse fenômeno pode ser uma janela que revela como o tráfico transatlântico de africanos, ao mesmo tempo que garantia a mão de obra, necessária para a exploração na América portuguesa, também retroalimentava ideologicamente o próprio sistema escravista, na medida em que viabilizava a posse de cativos por outros escravizados.

A presença dos africanos, escravizados, passou a ser marcante também em territórios onde predominava a força de trabalho indígena, como a capitania do Maranhão. Quem nos narra essa história são Antonia da Silva Mota e Reinaldo dos Santos Barroso Junior. Eles explicam o crescimento da população cativa de África entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, sobretudo com a fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que incrementou o plano colonial da metrópole portuguesa no norte da América portuguesa. Mota e Barroso Junior nos mostram que as pessoas de África, na condição de cativas, foram traficadas, em sua maioria, da Alta Guiné e do Estado do Brasil. Entre os traficantes fornecedores do “gentio de África”, estava Francisco Félix de Souza, o famoso Xaxá, que foi extraditado para o continente negro, onde se tornou rei e constituiu uma grande descendência.

Ainda em mares do Norte, com Matheus Silveira Guimarães, mergulhamos na Paraíba, capitania/província cujos estudos sobre o tráfico atlântico ainda são rarefeitos. Ao espreitar os dados do infame comércio entre a África e aquela pequena capitania/província vizinha de Pernambuco, o autor ilumina fragmentos de trajetórias de mulheres e homens africanos que teceram redes de sociabilidade com a filiação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos — como o preto Manoel Barroso, que fora preso por tomar dinheiro emprestado da escravizada Ana Maria para investir em plantação de algodão e não ter quitado a dívida; Quitéria, Francisco Gangá e sua esposa Cosma Correia, que, ao testarem, pediram que seu corpo fosse sepultado na Capela do Rosário; Antônio, Bento, Augusto, Brás, Geraldo e Nicácio, que chegaram após a Lei de

1831 e estavam ilegalmente escravizados. Segundo o historiador, embora a presença de gente da África fosse pequena na Paraíba, o fato de Antônio de Moçambique ter chegado e sido batizado em 1859 significa que as alterações na dinâmica do tráfico podem ter incidido na organização da Irmandade.

Sáimos da capitania/província da Paraíba e, sob a condução de Marcus de Carvalho, atracamos no porto do Recife, em Pernambuco, para acompanhar a trajetória do africano mina Francisco Antonio da Costa, soldado do Batalhão dos Henriques que participou da Confederação do Equador. Por meio da biografia de Francisco, Carvalho discute a luta de sujeitos ex-escravizados para assegurar sua liberdade. O historiador aborda como Francisco precisou defender sua condição de livre e de homem honrado perante o Império, que o encarcerara, e sua ex-senhora, que acreditava ter sido traída pelo fato de o africano ter seguido seu caminho como liberto, deixando de lhe dar satisfação a respeito de sua vida.

Juliana Barreto Farias acompanhou a história de vida da africana cabinda Rita Maria da Conceição, que deu à luz seu filho Manoel José em plena viagem oceânica, em 1814, quando o negreiro que a traficava seguia para o Rio de Janeiro. Farias discorre sobre a luta pela conquista da alforria travada por Rita, que, após manumitir seu filho e a si própria, viu sua vida familiar tomar novos rumos. Manuel escolheu viver longe da mãe, enquanto esta contraiu matrimônio com um preto forro natural de Pernambuco. A união foi um tanto conturbada e permeada de violências físicas e simbólicas sofridas por Rita, a ponto de esta pedir o divórcio. É o que nos mostra a historiadora ao se guiar pela biografia da africana para tratar da vida conjugal e familiar das pessoas da África, na diáspora das Américas, também como espaços de disputa entre os gêneros.

Partimos do porto da corte imperial para as águas oceânicas da África com Lucilene Reginaldo e Roquinaldo Ferreira, que contam a trajetória do príncipe conguês Nicolau de Água Rosada, assassinado em 1860 em Quissembo por uma multidão enfurecida que já não mais admitia o tráfico atlântico de escravizados. Nicolau fora acusado de ter vendido, aos portugueses, a cidade de Ambriz e o território de minas de cobre no Bembe. Às vésperas de sua morte, ele estava refugiado em uma fortaleza britânica, mas o plano era fugir para o Rio de Janeiro, onde havia pedido exílio a D. Pedro II. O motivo para a fuga não era o medo da morte, mas o de retaliações por parte do governo de Lisboa em decorrência das duras críticas feitas pelo príncipe por ocasião de intervenções de Portugal na sucessão real no Congo. Ferreira e Reginaldo ampliam suas lentes de observação para a vida e a morte de Nicolau, desvelando que seu assassinato está inserido em um contexto político e diplomático mais complexo, relacionado com a política interna na África Centro-Occidental e os interesses europeus e brasileiros no fim do tráfico de cativos ao norte de Angola.

Ao deixamos a região centro-ocidental africana, embarcamos novamente para o Brasil, ancoramos nos portos do sul meridional, precisamente na província rio-grandense, e, com Paulo Roberto Staudt Moreira, conhecemos a trajetória da preta-mina Joana Guedes, do angola Marcelo e da filha do casal, a crioula Laura, acompanhando a luta dessa família afrodiaspórica pela reconquista da liberdade. Moreira debruça-se sobre as experiências de escravidão de Joana e Marcelo e o empenho de ambos para manumitir Laura. O historiador segue os passos do crescimento da menina, trazendo para o debate as complexidades da liberdade negra em um mundo escravista, como a defesa da honra, a proteção ao patrimônio e as escolhas matrimônias e comunitárias de africanos e seus descendentes.

Nossas viagens atlânticas encerram-se nas águas da província pernambucana. Com a historiadora Valéria Costa, acompanhamos a biografia do marinheiro Duarte José Martins da Costa, africano de nação savalu, que viveu sua experiência de escravidão e liberdade nas cidades do Rio de Janeiro e do Recife, entre as décadas de 1820 e 1850. Sua sobrevivência no comércio e no transporte de gente e mercadorias em águas fluviais e atlânticas o levou a se envolver no tráfico atlântico de cativos. Costa analisa o trânsito de Duarte entre o Rio de Janeiro, o Recife, o Benin, Luanda e Benguela para discutir as conexões atlânticas que envolveram negociantes de pequeno porte, marinheiros, agenciadores de cativos; libertos, escravizados, livres; europeus, brasileiros, africanos; brancos, negros e “mestiços” na chamada “rede miúda” do tráfico de escravizados.

Em tempos de disputas narrativas e inversão de fatos históricos, esta coletânea surge comprometida com o debate sobre a história pública do tráfico e da escravidão. Enquanto ruas, avenidas e prédios públicos carregam nomes de traficantes e escravizadores, os arquivos encaixotam documentos que, ao serem submetidos à operação historiográfica de especialistas, apresentam a outra face dos fatos históricos. Pensando nisso, este livro tem a pretensão de alcançar um público mais amplo e para além da academia, como professores da educação básica, pesquisadores individuais, ativistas dos movimentos sociais negros e demais interessados em conhecer e divulgar a história do Brasil e do Atlântico Sul contada a partir das experiências de pessoas negras que estiveram no anonimato e, em meio à adversidade, reconstruíram sua vida e edificaram o que temos hoje como país.

A você, que tem agora esta coletânea em mãos, desejo uma boa leitura e um bom uso deste trabalho. Leia-o e releia-o; reflita sobre as trajetórias aqui narradas; divulgue, critique. E não deixe que esta seja mais uma obra parada nas estantes. Que ela ganhe mesas de pesquisadores, ambientes acadêmicos, bancos escolares, salas de encontro de movimento sociais.

VALÉRIA COSTA